

# O perfil do torcedor organizado e a política brasileira para o futebol espetáculo<sup>1</sup>

Heloisa Helena Baldy dos Reis

Universidade Estadual de Campinas. Campinas. SP. Brasil  
Contato da autora: heloreis14@gmail.com

**Resumo:** Este artigo apresenta resultados das pesquisas realizadas entre os anos de 1995 e 2015, com ênfase nas pesquisas com os torcedores organizados que são indivíduos majoritariamente masculinos e juvenis que se associam a uma torcida organizada, normalmente constituída como entidade jurídica sem fins lucrativos. Considero ser necessário conhecer para intervir, sendo assim a partir de 2005, realizei pesquisas quantitativas e qualitativas com a finalidade de traçar um perfil dos torcedores organizados de São Paulo. Simultaneamente vinha realizando outras pesquisas desde 1999 com a finalidade de propor uma política pública de prevenção da violência no Brasil. Mais recentemente eu pude realizar pesquisas com Felipe Tavares Paes Lopes que possibilitou fazer uma análise crítica da política pública brasileira em construção no Ministério do Esporte. Concluímos sobre esta que houve um esforço no trabalho de prevenção e de contenção da violência nos estádios brasileiros, no entanto de forma muito lenta e descontinuada. Sobre o perfil do torcedor organizado encontrei que são escolarizados, membros de famílias e fiéis torcedores.

**Palavras-chave:** Torcidas organizadas. Futebol. Política pública.

**Abstract: The profile of organized fan and Brazilian policy for the football spectacle.** This article presents the results of researches conducted between 1995 and 2015 and it emphasizes on researches with organized fans. These fans are mostly male and juvenile individuals associated with an *torcida organizada*. This kind of group of fans usually is formed as a legal non-profit entity. I think it is necessary to have knowledge to intervene in the phenomenon of violence. From 2005, I have been developing quantitative and qualitative researches in order to draw a profile of the members of the *torcidas organizadas* from São Paulo. Since 1999, I have also conducted other researches in order to propose a public policy to prevent violence in Brazil. More recently, I have conducted a research with Felipe Tavares Paes Lopes that enabled to do a critical analysis of Brazilian public policy on construction in the Ministry of Sports. We concluded there is an effort in the work of prevention and contention of violence in Brazilian stadiums, but very slowly and discontinued. Regarding the profile of organized fan, I discovered that they are educated, family members and loyal supporters.

**Keywords:** Torcidas organizadas. Soccer. Public policy.

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar e ampliada deste texto será publicada em formato de livro no Chile, sob organização de Rodrigo Soto Lagos, da Universidad de Valparaíso.



## 1 Introdução

Este texto traz os resultados de pesquisas desenvolvidas por mim desde 1995 sobre as violências no futebol brasileiro. O que se vê no Brasil até hoje é um tratamento inadequado da problemática da violência relacionada ao futebol, principalmente por parte da mídia, dos clubes, das federações estaduais e da Confederação Brasileira de Futebol, os quais se isentam de qualquer responsabilidade sobre as violências em torno do futebol. O Estado tomou tardiamente para si a responsabilidade de controlar a violência em dias de jogos de futebol, tendo este como um problema de segurança pública. No entanto, todos estigmatizam um grupo de torcedores como os únicos responsáveis pelas violências em torno do futebol brasileiro sem nem mesmo conhecê-los. Sobre isso, corroboro o pressuposto dos acadêmicos argentinos (ALABARCES et al, 2013) de que é necessário conhecer para intervir.

Desde o início de minhas pesquisas sobre futebol e violência no Brasil tive a pretensão de conhecer os torcedores de futebol, sendo que, a partir de 1999, me interessei por conhecer também as medidas preventivas para a violência relacionada aos espetáculos futebolísticos na Europa, assim como em propor medidas preventivas e de controle da violência relacionada aos espetáculos futebolísticos para o Brasil. Considerando a inexistência de pesquisas que caracterizam os torcedores brasileiros, decidi realizar, a partir de 2005, pesquisas sobre o perfil dos torcedores organizados (REIS, 2009; 2012), pois em Reis (1998) já havia abordado outros torcedores de um grande time do futebol paulista.

O tipo de público nos estádios brasileiros é diversificado, como na maioria dos países em que o futebol se tornou um fenômeno social e um importante meio de identidade principalmente de parte significativa da população masculina.

Em Reis (1998), elaborei uma tipologia para o público de futebol no Brasil, classificando-os em espectadores; torcedores; torcedores uniformizados; torcedores organizados. Reis e Escher (2006) acrescentaram a essa tipologia o telespectador, uma modalidade mais assídua e recente que se incrementa com a hipermercantilização do futebol como um super produto midiático, no início dos anos de 1990 na Europa e no Brasil em meados dos anos de 1990.

Os espectadores são os indivíduos que ingressam em um estádio de futebol para assistir ao espetáculo sem necessariamente ter alguma identidade clubista com os times que



Heloisa Helena Baldy dos Reis

estão jogando. Os torcedores apresentam uma preferência clubista e deslocam-se até os recintos esportivos com intenção de torcer, para um dos times que jogam. Os torcedores uniformizados usam vestimentas que os identificam com um dos times que disputam a partida.

Os torcedores organizados são grupos majoritariamente masculinos e juvenis que se associam a uma torcida organizada, normalmente constituída como entidade jurídica sem fins lucrativos. No entanto, a Lei nº 10.671/2003 reconhece como torcida organizada, em seu artigo 2º A, “a pessoa jurídica de direito privado ou existente de fato, que se organize para o fim de torcer e apoiar entidade de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade (incluída pela Lei nº 12.299 de 2010)”. Minhas contribuições são no sentido de tratar sociologicamente as características desses grupos de torcedores.

## 2 As torcidas organizadas e seus afiliados

São associações torcedoras “de jovens”, ligados inicialmente por laços de identidade clubista, as quais surgiram nos finais dos anos de 1960, mais precisamente em 06 de dezembro de 1967, quando foi criada no Rio de Janeiro a Torcida Jovem do Flamengo (TEIXEIRA, 2003). No interior de São Paulo, na cidade de Campinas, em 23 de março de 1969, formou-se a Força Jovem da Ponte Preta, renomeada como Torcida Jovem Amor Maior (ELEOTERIO, 2014). No mesmo ano, em 1º de julho, foi fundada na capital paulista a Torcida Gaviões da Fiel Independente (PIMENTA, 1997).

Nos anos de 1990, segundo Teixeira (2003), essas torcidas fortaleceram-se como grupo,

[...] explicitando uma outra forma de sociabilidade em relação ao futebol, fundamentado num modo diverso de torcer que se respalda, entre outras coisas, na crença de tais torcedores em seu poder de escolher, demitir e projetar jogadores, técnicos e dirigentes. [...] essas relações carregam consigo ambigüidades e contradições que se refletem na identidade dos torcedores, afetando suas percepções (TEIXEIRA, 2003, p. 50).



## O perfil do torcedor organizado e a política brasileira para o futebol espetáculo

Um triste e lamentável episódio ocorrido em 20 de agosto de 1995, no Pacaembu<sup>2</sup>, um estádio em obras na capital paulista, marcou negativamente a imagem das torcidas organizadas. Inesperadamente o evento contribuiu para um grande aumento no número de associados às torcidas organizadas; um exemplo foi a sextuplicação do número de associados das torcidas envolvidas no episódio do Pacaembu em relação ao seu número de associados no ano de 1991 (PIMENTA, 1997). Em contraposição, os organizadores dos eventos futebolísticos e o Ministério Público de São Paulo baniram dos estádios as torcidas organizadas Mancha Verde e Independente, que estavam envolvidas na “Batalha Campal”. Medida que frequentemente é tomada em situações de crise.

Entre os torcedores organizados encontra-se uma minoria radical que promove ações marcadas pela rivalidade entre os grupos – traços de um tipo de masculinidade. A Federação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (FTORJ) declarou em 2014<sup>3</sup> que aproximadamente 12% dos torcedores organizados do estado compõem essa parcela. A FTORJ foi criada oficialmente em março de 2008<sup>4</sup> com o objetivo de promover o diálogo entre as instituições sediadas no estado do Rio de Janeiro e as autoridades (<https://ftorj.wordpress.com/sobre/><sup>5</sup>), inspirada na ASTORJ, que foi criada em junho de 1981 e dissolvida antes do início dos anos de 1990. Essa instituição tornou-se nos últimos anos uma parceira fundamental na prevenção da violência nos estádios brasileiros, com presença assídua nos encontros e seminários de Torcidas Organizadas, promovidos pelo Ministério do Esporte.

A atuação destacada de diretores da FTORJ (em destaque Frajola), juntamente com André Azevedo, presidente da Torcida Dragões da Real, agremiação torcedora do São Paulo F.C., fez surgir em 12 de dezembro de 2014 a Associação Nacional das Torcidas Organizadas do Brasil (ANATORG), na cidade de Belo Horizonte. Ela foi criada em reunião com os torcedores organizados presentes no seminário “Uma década do estatuto do torcedor e a violência nos estádios”, promovido pelo Ministério do Esporte.

---

<sup>2</sup> Que ficou conhecida como “Batalha Campal”, tendo como resultado uma morte e 102 feridos.

<sup>3</sup> Relato oral do presidente da FTORJ (Federação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro) Frajola (Flávio Martins Coelho) em palestra no “Seminário uma década do estatuto do torcedor e a violência nos estádios”, em 13 de novembro 2014, promovido pelo Ministério do Esporte na cidade de São Paulo.

<sup>4</sup> Tendo tido uma primeira reunião em julho de 2007.

<sup>5</sup> Acesso em: 27 jul. 2015.



Heloisa Helena Baldy dos Reis

As torcidas organizadas são associações torcedoras relativamente autônomas, que congregam grupos de torcedores formando um tipo associativo próprio, vinculadas à elite do futebol brasileiro. Seus membros buscam prioritariamente relações de sociabilidade<sup>6</sup>, e apesar de algumas ações deles se assemelharem às de grupos de jovens assíduos a espetáculos futebolísticos em outros países, os torcedores organizados devem ser compreendidos em suas especificidades. Portanto, não fazem parte de um tipo homogêneo de torcedor perceptível em qualquer parte do mundo, como a mídia pretende enquadrá-los. Ou seja, as pesquisas acadêmicas no Brasil e na Argentina desautorizam o rótulo de *hooligans* (denominação atribuída pela mídia inglesa aos seus torcedores violentos) para qualquer torcedor pertencente às torcidas organizadas no Brasil ou àqueles que a mídia argentina denominou de *barrabravas*.

Para Alabarces e colaboradores (2013, p. 54), a cultura futebolística argentina

[...] é um produto gradual de uma passagem: a passagem de uma ética de jogo como coisa de cavalheiros a uma ética de jogo como coisa de homens e de machos. Tão machos como para “ter códigos” e “não chorar” se o rival, apelando a artimanhas, tira vantagem esportiva. [...] como se trata de uma coisa de homens, não tem outra coisa do que *aguantársela*. E aí temos uma primeira versão, preliminar, do que, sobretudo a partir dos anos de 1990, se conhece como *el aguante*.

Já sobre o futebol brasileiro, Gastaldo (2005, p. 120) diz que: “O universo simbólico do futebol na cultura brasileira mostra-se como um território de expressão de importantes aspectos dessa cultura, constituindo-se por vezes como uma espécie de ‘fato social total’ em nossa sociedade”. Buscando desvendar um dos aspectos dessa cultura, ou seja, a cultura de um determinado grupo de torcedores, fui a campo para analisar quem são os torcedores organizados de São Paulo.

---

<sup>6</sup> Para Simmel (apud GASTALDO, 2005, p. 108-109), “a sociabilidade é uma forma de interação na qual os participantes se mostram a um só tempo interessados e descomprometidos, autonomizando suas atuações no sentido de evitar qualquer demonstração de um interesse objetivo nos assuntos tratados”.



O perfil do torcedor organizado e a política brasileira para o futebol espetáculo

### 3 As pesquisas empíricas sobre os torcedores organizados

Ao iniciar a primeira pesquisa sobre o perfil dos indivíduos associados a torcidas organizadas em São Paulo, deparei-me com as dificuldades metodológicas para esse tipo de investigação. Havia até então três etnografias realizadas em programas de pós-graduação de universidades paulistas (UNICAMP, USP e PUC-SP) com descrições densas do campo, que não pretenderam traçar um perfil dos torcedores organizados. Então, inicialmente pensei que analisar os cadastros de torcidas organizadas traria informações desta natureza. Consegui, no ano de 2005, o arquivo digital do cadastro (65.000 associados) de uma grande torcida organizada paulista, e por meio do programa Excel foi feita a estatística descritiva dos dados. Porém, os dados no cadastro de cada torcedor eram muito escassos, e com eles pude obter apenas a idade, o sexo e local de moradia dos torcedores. O cadastro trazia todos os associados desde a fundação da torcida organizada. A manipulação desses dados trouxe-me outro problema metodológico de pesquisa, a saber: são associados aqueles membros que se filiaram e não participam mais das atividades da torcida organizada? São associados aqueles membros que se filiaram e não pagam mais mensalidade ou anuidade à torcida organizada? São associados aqueles membros que se filiaram e não retiraram sua carteira de identificação de torcedor organizado?

Para essa pesquisa de 2005, considerei que estava analisando o cadastro de uma grande torcida, e dessa forma produzi os dados: 90% dos associados eram homens, e a maior parte dos torcedores, tanto do sexo feminino como masculino, se concentrava entre os 20 e 30 anos. A média da idade dos homens era de 30 anos e meio, e o desvio padrão 4,76; e das mulheres era de 30 anos e 9 meses, sendo o desvio padrão 5,57. As idades variaram de 2 a 86 anos, sendo que as faixas etárias levantadas foram de 12 a 23 anos, com 3,8% do total de torcedores, e de 24 a 35 anos, com 82,42% do total. A maior parte dos torcedores associados a essa torcida organizada é da cidade de São Paulo, seguido pela Região Metropolitana de São Paulo. Entretanto, quando analisado o percentual relativo ao total de cada região, encontrou-se que, em média, estão todos próximos de 10% da população total de cada região.

Motivada pelos dados produzidos em 2005 e pelas dificuldades metodológicas, propus um projeto de pesquisa para uma chamada pública da Rede CEDES, pertencente à extinta



Heloisa Helena Baldy dos Reis

Secretaria Nacional de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte<sup>7</sup>. Ele tinha também o objetivo de conhecer as características socioeconômicas dos torcedores organizados de São Paulo, por meio de entrevistas em dias de jogos, realizadas nos estádios, em partidas em que o time dos entrevistados tinha o mando de jogo. As entrevistas eram estruturadas com onze questões fechadas e quatro abertas com torcedores organizados que frequentavam jogos de futebol, das três maiores torcidas do Estado de São Paulo.

Sobre a amostra, vale ressaltar que há uma grande dificuldade em determinar qual é o total da população estudada, porque por mais que haja uma obrigatoriedade do cadastro dos torcedores organizados associados a essas torcidas, ele não reflete o universo dos torcedores frequentadores de estádio. O motivo disso é o fato de muitos cadastrados não serem pagantes de anuidade e sequer frequentadores de estádios regulares<sup>8</sup>. Um exemplo é que uma das torcidas indicava à época da pesquisa ter 70 mil torcedores associados, contudo, sua diretoria afirmava ter um quadro ativo de pagantes de 5 mil torcedores. Em segundo lugar, mesmo com essa informação do quadro pagante, ainda não é possível saber com precisão se ele reflete os membros que frequentam os estádios, sujeitos esses pelos quais a pesquisa se interessava.

Pela dificuldade da delimitação da população estudada, optou-se por constituir uma amostra não probabilística, por intenção, pois para Costa Neto (1977), nos casos em que a população não pode ser delimitada, o pesquisador deve optar por selecionar uma amostra que lhe é possível. Considerando que a pesquisa tinha abordagens qualitativa e quantitativa, tal amostragem, como sugerida por Gil (2010), pode ser interessante como forma complementar à pesquisa qualitativa.

A amostra foi constituída intencionalmente por biotípia, em que se buscaram torcedores que entravam no estádio pelos portões próximos ao setor das torcidas organizadas e que aparentavam ter de 15 a 25 anos. A opção por essa faixa etária foi baseada em dados de

---

<sup>7</sup> “A caracterização do torcedor organizado e a mídia esportiva”, contemplada no edital de 2008, processo n° 58701.000196/2007-8, que inseriu a Faculdade de Educação Física da Unicamp na Rede CEDES. Todos os procedimentos éticos foram realizados, sendo aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp sob o n° 322/2007.

<sup>8</sup> Quando tentei novamente o acesso ao cadastro dos torcedores organizados para outra pesquisa realizada entre 2009 e 2012 (Edital MCT/CNPq/14/2009 Processo N° 476894/2009-3), notei que alguns membros sequer retiraram suas carteirinhas na sede das torcidas, e que as associações de torcedores realizaram filiações no momento de caravanas, sendo que alguns novos associados não retornaram ao estádio em outras ocasiões nem à sede para a retirada da carteirinha associativa.



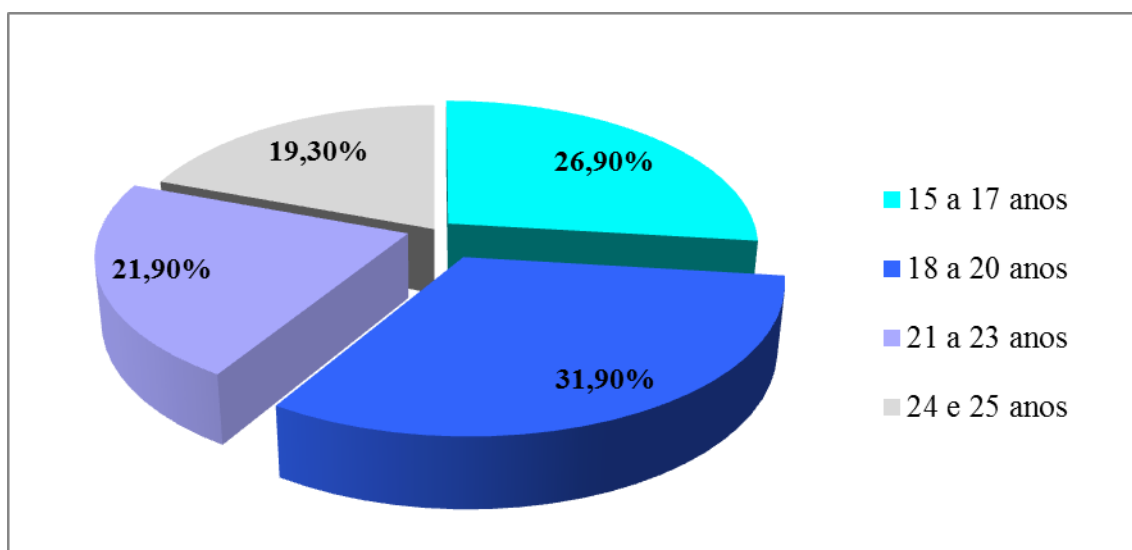
O perfil do torcedor organizado e a política brasileira para o futebol espetáculo

outras pesquisas (SPANISH SENATE, 1990; MURAD, 2007) sobre o grupo de torcedores que com maior frequência se envolvem em brigas e tumultos em dias de jogos de futebol.

As entrevistas foram realizadas em três estádios paulistanos em jogos do Campeonato Paulista em março de 2007 e 2008; do Campeonato Brasileiro nos meses de maio, julho e agosto de 2008 e Copa Libertadores da América de 2008. Os entrevistadores eram todos universitários (graduandos e pós-graduandos), e o número variou de nove a quatorze por jogo, conforme a disponibilidade da equipe. Foram entrevistados 264 sujeitos da Torcida A<sup>9</sup>, 277 da Torcida B e 263 da Torcida C.

A maioria dos torcedores pesquisados era de solteiros (93,4%), 6,5% de casados, e 0,1% de outros. Os entrevistados estão distribuídos por faixa etária conforme demonstrado no gráfico 1.

**Gráfico 1:** Faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora.

Os torcedores entrevistados declararam viver com sua família original (87,5%), ou seja, vivem com sua mãe, ou com seu pai, ou com ambos; 7,3% constituíram família; 3,1% vivem sozinhos e 1,5% vive com parentes.

<sup>9</sup> É a mesma torcida da pesquisa apresentada em 2007.





Heloisa Helena Baldy dos Reis

Declararam não ter religião 24,4% dos entrevistados; afirmaram ser católicos 61,4%; evangélicos, 6,4%; pertencentes a outras religiões, 7,8%. Esses são dados muito diferentes dos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes à população masculina do Estado de São Paulo na faixa etária entre 15 e 39 anos no censo demográfico de 2010, no qual declararam não ter religião 11,9%; os católicos eram 59,2%; os evangélicos, 22,1% e pertencentes a outras religiões, 7,2%.

Os entrevistadores anotaram na ficha das entrevistas aqueles que eram negros (pretos e mulatos), tendo como critério a biofenotípia, e com isso se obteve que 19,2% dos entrevistados são negros. Dado que se distancia muito de ser representativo da população da Região Metropolitana de São Paulo, onde a pesquisa foi realizada, que possuía 36,3% de negros em 2008<sup>10</sup>. A sub-representação de negros entre os torcedores organizados é um tema a ser pesquisado, assim como a sub-representação desses em todo o ambiente do futebol, principalmente nos cargos dirigentes de federações e CBF, assim como entre os cargos de comando de comissões técnicas.

O grau de escolaridade é compatível com sua faixa etária em 80,8% dos entrevistados, sendo que 10,2% apresentaram algum atraso escolar. Dado que deve ser qualitativamente analisado, tendo-se em conta que o índice de analfabetismo funcional no Brasil é altíssimo, beirando os 75% dos concluintes da educação básica<sup>11</sup>. Entretanto, deve ser ressaltado que quando a escolaridade dos entrevistados é comparada com a dos chefes de suas famílias (57,2% declarou como sendo seu pai; 21,5%, a mãe; 16%, ele próprio e 5,3%, outros), é notório o aumento de escolaridade da nova geração até o grau de ensino fundamental completo, pois 2,7% dos chefes de família não concluíram o 1º ciclo do ensino fundamental (à época quatro anos de escolaridade) e 7,8% dos chefes de família não concluíram o ensino fundamental (à época oito anos de escolaridade). Um dado, sobretudo, é alarmante: entre os chefes de família, 0,1% deles é analfabeto, número que triplica entre os torcedores entrevistados, já que 0,3% se declarou analfabeto. Os outros níveis de escolaridade não são passíveis de comparação considerando que os entrevistados estavam ainda cursando o ensino médio, no entanto é possível apresentar que entre os chefes de família havia 5,3% com ensino

<sup>10</sup> Os dados dos homens foram encontrados somente para o ano de 2004, sendo 36,1%.

<sup>11</sup> A qual compreende atualmente 13 anos de escolaridade, e que na época da pesquisa era de 12 anos.



### O perfil do torcedor organizado e a política brasileira para o futebol espetáculo

superior incompleto; 24,7% com curso superior completo, além de mais 1,5% com pós-graduação concluída.

Já entre os entrevistados, havia 18,9% com ensino superior incompleto; 8,0% com superior completo e mais 0,5% com pós-graduação concluída. Como ressaltado no parágrafo anterior, esses dados não são passíveis de comparação entre torcedores e os chefes de suas famílias.

O grupo pesquisado é muito assíduo aos espetáculos futebolísticos de seus times, totalizando 85,9% os torcedores que assistem a todos os jogos (40,8%) e os que assistem a um jogo por semana (45,1%). Isso me leva a denominá-los de fiéis torcedores.

Ao serem perguntados se iriam ao estádio caso o jogo fosse televisionado, 95,6% foram categóricos ao afirmar que sim; 1,2% disse que não iria e 3,1% declararam que não sabiam. Dados que contrariam a justificativa dos organizadores dos campeonatos – para não transmitirem os jogos – sobre o desinteresse dos torcedores locais de irem ao estádio se o jogo for televisionado. No entanto, entrevistei uma parcela dos torcedores, aqueles que considerei fiéis torcedores; novas pesquisas deveriam ser feitas nesse sentido para uma análise geral do público que frequenta estádios em São Paulo.

Dentre os entrevistados, encontrei uma parcela alta de bebedores de álcool em condições de risco: 32,8% dos entrevistados pontuaram positivamente (acima de 8) no instrumento aplicado (AUDIT) e 67,2% dos entrevistados pontuaram negativamente para o uso abusivo de álcool.

Martins e colaboradores (2008), em estudo com jovens do interior do Estado de São Paulo com a utilização do AUDIT como instrumento de avaliação, identificaram 17,9% de jovens que pontuaram positivamente, ou seja, 14,9% inferior aos torcedores organizados pesquisados. Simão e colaboradores (2008) pesquisaram jovens universitários com uso do mesmo instrumento de avaliação e chegaram a 25% de positivos entre aquela população, índice 7,8% inferior ao dos torcedores organizados pesquisados.

Outro interesse da pesquisa com os torcedores organizados de São Paulo foi conhecer qual a percepção deles sobre os motivos da violência em dias de jogos de futebol e a relação da mídia com essa violência: 77,2% dos entrevistados responderam que a mídia contribui para a violência no futebol e justificaram dizendo que a mídia estimula a violência; 19,4% disseram que não, que a mídia não estimula a violência e que ela incentiva a paz; 3,2%



Heloisa Helena Baldy dos Reis

declararam não saber se a mídia contribui ou não para a violência no futebol e 0,1% acha que sim, que ela contribui.

Ao serem perguntados sobre os motivos da violência em dias de jogos de futebol envolvendo os espectadores e torcedores, 35% responderam que as rivalidades entre os times e a provocação das outras torcidas e o fanatismo dos torcedores são os motivos da violência; 31,6% atribuem a violência à falta de educação dos torcedores, à ignorância desses e à estupidez, chegando a afirmar que há torcedores que vão apenas para brigar; 5% relacionaram os motivos da violência em dias de jogos a problemas sociais, dizendo que a violência é um reflexo da sociedade, e não do futebol. É interessante analisar que 66,6% dos torcedores imputam os motivos da violência a eles próprios. No entanto, 15,9% dos entrevistados atribuíram os motivos da violência em dias de jogos: à polícia, declarando que ela é violenta e/ou despreparada; à mídia; à diretoria dos clubes; à impunidade com os violentos; ao desempenho do time; à falta de planejamento e de segurança. Por sua vez, 4,4% dos entrevistados disseram que os motivos da violência em dias de jogos são o consumo de álcool e outras drogas; e 8,2% declararam que não sabem os motivos.

#### **4 A política pública brasileira de prevenção da violência**

Reis e Lopes (2015) concordam com Alabarces e colaboradores (2013, p. 54) ao afirmarem que “para prevenir tem que conhecer. E para conhecer é indispensável dar voz ao torcedor, seus pontos de vista, os valores subjacentes as suas ações”. No entanto, os pressupostos da mídia, do Estado e dos organizadores do espetáculo futebolístico em muitos países consideram de antemão a violência como irracional (ALABARCES *et al.*, 2013), pensando então a prevenção de algo intrinsecamente perigoso se desenha nestas instâncias, o futebol, apenas na repressão e medidas coercitivas e punitivas como solução. No Brasil, isso não tem sido diferente, ainda que tenhamos, do ponto de vista da análise, algo inovador, a ação do Estado e o discurso da mídia são conservadores e recorrentes em encontrar um único culpado: as torcidas organizadas.

Neste tópico, abordarei como se dá a construção de uma política de prevenção centrada no Estado. O subtítulo já fornece pistas de como tem se concretizado a política



## O perfil do torcedor organizado e a política brasileira para o futebol espetáculo

pública brasileira, já que o termo “violência” aparece no singular. Irei me valer de uma descrição histórica linear para apresentar o que o Brasil realizou até o momento para prevenir as violências relacionadas ao futebol brasileiro.

O principal marco jurídico sobre a organização de espetáculos no Brasil é a Lei nº 10.671/2003, conhecida como Estatuto do Torcedor (EDT), fruto de três reuniões da “Comissão Mista de Segurança nos Estádios de Futebol” ocorridas em fevereiro, março e abril de 2001 em Brasília. Segundo matéria do Ministério da Justiça (<http://www.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/43667-tribunais-de-pequenas-causas-poderao-ser-instalados-dentro-dos-estadios><sup>12</sup>),

foi criada com o objetivo de apontar novas medidas para a erradicação da violência nos estádios, proporcionando mais segurança, conforto e bem-estar para os praticantes e apreciadores do futebol. O grupo é formado por representantes dos Ministérios do Esporte e Turismo e da Justiça, CBF, Clube dos Treze, Defesa Civil, Ministério Público, Associação Brasileira de Cronistas Esportivos, Comissão Nacional de Atletas e deputados.

Nota-se a ausência dos torcedores de futebol; os torcedores organizados são os fiéis torcedores do futebol brasileiro, já que eles frequentam os estádios em dias de frio, calor, chuva ou qualquer outra situação menos confortável para a assistência ao espetáculo futebolístico. Também estavam ausentes dessa comissão os pesquisadores de universidade; naquela época, já havia os que se dedicavam ao tema das torcidas organizadas e da relação entre futebol e violência no Brasil (CÉSAR, 1982; TOLEDO, 1994; PIMENTA, 1997; REIS, 1998). Anteriormente ao EDT, havia ao menos no Estado de São Paulo a Lei nº 5.145, de 30 de maio de 1986, que “Disciplina o comparecimento de policiais em espetáculos artísticos, culturais, circenses ou esportivos”. No âmbito nacional, não tínhamos nenhuma normatização ou regulamentação, ficando a cargo apenas das entidades esportivas a incumbência da organização dos campeonatos segundo seus interesses, que poderiam ou não estar expressos nos regulamentos das competições.

Se por um lado as medidas sugeridas pela comissão mista não foram implementadas conforme previsto na proposta, elas deram embasamento para a elaboração do EDT, que foi

---

<sup>12</sup> Acesso em: 03 de jun. 2016.



Heloisa Helena Baldy dos Reis

produzido durante o governo FHC (Fernando Henrique Cardoso – 1999-2002), aprovado pelo Congresso e sancionado pelo governo Lula (2003-2006) em maio de 2003.

Esse documento regulamenta a organização do espetáculo futebolístico no país, incluindo as obrigações e as responsabilidades. No entanto, a implicação mais negativa do ETD vem com a Lei nº 12.299, de julho de 2010, que o altera complementando com artigos e incisos que criminalizam as torcidas organizadas (artigos 39-A e 39-B) e definem quem são essas perante a legislação (artigo 2º). Em outras produções, já afirmei que considero as Leis nº 12.299 e nº 10.671 um avanço, já que um importante evento social, que congrega multidões em grandes cidades do país, não era anteriormente normatizado ou regulado. No entanto, tenho feito parte de grupos de trabalho e participado ativamente e de forma crítica nos debates sobre uma política pública de prevenção da violência para o Brasil, e é evidente a judicialização e a criminalização dos torcedores organizados nas leis antiviolação. Isso sem que haja sequer uma contrapartida com medidas socioeducativas e assistenciais que uma política pública comprometida com a população e com o Estado democrático de direito deveria obrigatoriamente contemplar.

É importante notar que, em todo o debate de uma política pública de prevenção vivenciada desde 2003, em nenhuma instância e momento a elitização do futebol; a corrupção; as violências de gênero, étnico-racial e de classe foram apresentadas, discutidas e combatidas. Em contrapartida, nessas oportunidades, muitas das quais sob a tutela do Estado nacional, é recorrente a estigmatização do torcedor organizado como irracional e delinquente. Estigmas criados comumente pela mídia e reafirmados pelo Judiciário brasileiro, já que em várias ocasiões os operadores do Direito são maioria em comissões que debatem as soluções para o problema da violência no futebol brasileiro.

O Estado brasileiro representado pelo Corpo de Segurança Pública é um Estado repressivo, muitas vezes com suas polícias despreparadas para atuação em espetáculos esportivos, o que pode ser visto nesse processo de construção de uma política pública como um paradoxo, já que por outro lado subsidia e promove o trabalho de comissões para o debate do problema da violência relacionada ao futebol. Como afirmam Alabarces e colaboradores (2013), na sua mão esquerda (por meio das agências de fomento à pesquisa) financia as pesquisas sobre a relação entre violência e futebol no Brasil. Parece então esquizofrênico que o próprio Estado que toma para si a responsabilidade da prevenção da violência em dias de



## O perfil do torcedor organizado e a política brasileira para o futebol espetáculo

jogos de futebol não incorpore os pesquisadores de universidades públicas (portanto financiadas pelos estados e pela união) e tampouco o faz na nomeação da Consegue em 2015. E que no caso da polícia, que deveria proteger os cidadãos, recorre a um tipo de policiamento excessivamente violento e apenas repressivo<sup>13</sup>.

A Consegue – Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos – foi criada pelo Decreto Presidencial nº 4.960 de janeiro de 2004, após ser sugerida por mim na Carta de Brasília, em março de 2003. Tendo como referência o modelo espanhol, imaginei que uma das melhores possibilidades para uma política de prevenção no Brasil seria a centralização e otimização dos trabalhos em uma comissão federal sob a tutela dos Ministérios do Esporte e da Justiça.

Em março de 2003, preocupados com o aumento das mortes no futebol brasileiro e tendo como marco da intolerância a esse tipo de consequência o episódio paulistano conhecido como “Batalha Campal”, os recém-empossados ministros do Esporte e da Justiça promoveram em Brasília dois dias de debates sobre a violência relacionada ao futebol. Ocasão em que eu tive a oportunidade de participar e apresentar minhas propostas, oriundas das pesquisas realizadas com financiamento público desde 1995. Os debates compuseram a programação do Seminário de Brasília<sup>14</sup>, que teve como produto final a Carta de Brasília, documento consistente e propositivo que tinha um cronograma com uma pauta de realizações.

Em doze anos de existência, a Consegue não logrou produzir nenhum documento sobre a problemática da violência envolvendo jogos de futebol profissional e tampouco ter uma rotina e continuidade de trabalho. A cada nova gestão de ministro (mesmo os de um mesmo partido, em 2003-2014) o trabalho da Consegue inicia-se de um ponto zero. Como exemplo, o regimento interno da comissão, que deveria ser uma das primeiras ações da primeira turma, apenas teve elaborada uma minuta no ano de 2014 ao final da gestão da segunda turma. Ademais de a Consegue não ser ouvida ou mesmo se reunir periodicamente, como é previsto no Decreto Presidencial que a criou. As três nomeações dos seus membros, já ocorridas até o momento, também não cumpriram com o previsto no Decreto, que prevê a participação de cinco membros de reconhecido saber na área.

---

<sup>13</sup> Mesmo naqueles estados que possuem reuniões de preparação do espetáculo, realizadas normalmente nos batalhões responsáveis pelo policiamento de estádios, elas são muitas vezes apenas informativas e intimidatórias.

<sup>14</sup> Sobre este tema, consultar Reis, 2006.



Heloisa Helena Baldy dos Reis

A despeito de existir uma comissão, em quase todos os episódios de violência desde a sua criação os ministros do Esporte e da Justiça falaram de medidas e soluções para o problema que na maioria das vezes eram contraditórias com os trabalhos debatidos na Consegue ou no próprio ministério<sup>15</sup>.

Na pesquisa de Lopes e Reis (s/d.), foi sentida a falta de mecanismos de contenção da violência estrutural, presente na injustiça social. Os pesquisadores chamam a atenção para o fato de não haver nenhum artigo no EDT, por exemplo, que proteja os torcedores do processo de elitização do futebol brasileiro. O relatório do Ministério do Esporte, intitulado “Preservar o Espetáculo, Garantindo a Segurança e o Direito à Cidadania” PEGSDC, por sua vez, trata a questão da redução dos preços dos ingressos de “simpplória” e, “[...] ao tratar como ‘simpplória’ essa questão, ele, implicitamente, legitima a manutenção de uma das principais barreiras de acesso à cultura e ao lazer para milhões de brasileiros” (LOPES; REIS, s/d).

Para Reis, Martins e Lopes (2014, p. 125),

[...] ao não proteger o torcedor pobre, as políticas públicas para o torcedor contribuem, de certo modo, para a manutenção da dominação de classe. Afinal, elas não fornecem para as classes populares nenhum instrumento que lhes dê poder para garantir sua participação nos eventos de futebol, violando seu direito de ter acesso a uma das formas de lazer mais apreciadas no nosso país. Além de contribuir para a manutenção dessa forma de dominação, elas se revelam, sob alguns aspectos, abusivas contra o torcedor organizado [...].

Reis e Lopes (2015, p. 241) afirmam que

[...] o PEGSDC toma como uma de suas principais referências a teoria da “vidraça quebrada”, que serviu de base para aquela que ficou conhecida como política de “tolerância zero”. De acordo com Wacquant (2001), esta política pressupõe que a delinquência é a causa da deterioração social e não o inverso. Lógica que autoriza um aparelho penal intrusivo e onipresente.

Concluindo este artigo, quero reafirmar que reconheço um esforço no trabalho de prevenção e de contenção da violência nos estádios brasileiros, mas de forma muito lenta e descontinuada. No entanto, tínhamos até março de 2016 um reconhecimento do Estado das

---

<sup>15</sup> Assunto abordado por Reis, Lopes e Martins (2014).



## O perfil do torcedor organizado e a política brasileira para o futebol espetáculo

torcidas organizadas, com diálogo aberto, contínuo e profícuo com as lideranças das torcidas organizadas de todo o território nacional; temos o Judiciário brasileiro de certo modo engajado nas discussões e na política de prevenção, em maior presença dentre os promotores públicos de Justiça, mas também com participações de magistrados; temos defensores públicos presentes nos juizados especiais criminais (em dias de clássicos – dentro dos estádios); temos o cadastro de torcedores organizados em elaboração tanto por seus líderes e diretorias como pelo poder público (Ministério do Esporte); e em ao menos uma federação de futebol, a de São Paulo, que foi pioneira, há um cadastro considerável de todas as torcidas organizadas do estado. Em 2014, tivemos a fundação da Associação Nacional dos Torcedores Organizados (ANATORG), com a presidência de André Azevedo, membro e dirigente da Torcida Dragões da Real, que é apoiadora do São Paulo Futebol Clube.

### Referências

ALABARCES, Pablo *et al.* Diagnóstico y propuestas para la construcción de una seguridad deportiva en Argentina. **Ímpetus**, Revista de la Universidad de los Llanos (Unillanos), Villavicencio, Colombia, v. 7, n. 8, p. 59-65, 2013.

BRASIL. **Lei n º10.671**, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Torcedor e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.671.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.671.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2016.

CÉSAR, Benedito Tadeu. **Os Gaviões da Fiel e a águia do capitalismo**. 1982. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1982.

COSTA NETO, Pedro Luis. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blucher, 1977.

ELEOTERIO, Renan Henrique. **As relações de sociabilidade da Torcida Jovem Amor Maior**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2014.

GASTALDO, Édison. “O complô da torcida”: futebol e performance masculina em bares. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 107-123, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.





Heloisa Helena Baldy dos Reis

LOPES, Felipe Tavares Paes; REIS, Heloisa Helena Baldy. **A dominação pela segurança: ideologia, futebol e violência.** s/d. (Mimeografado.).

MARTINS, Raul Aragão *et al.* Utilização do AUDIT para identificação do consumo de álcool entre estudantes do ensino médio. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 42, p. 307-316, 2008.

MURAD, Mauricio. **Violência e o futebol:** dos estudos clássicos aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

SPANISH SENATE. **Dictamen de la Comisión Especial de Investigación de la Violencia en los Espectáculos Deportivos con Especial Referencia al Fútbol.** Madrid: Senate, 1990.

PIMENTA, Carlos Alberto Martins. **Torcidas organizadas de futebol:** violência e autoafirmação – aspectos da construção das novas relações sociais. São Paulo: Vogal Editora, 1997.

REIS, Heloisa Helena Baldy. **Futebol e violência:** as manifestações da torcida. 1998. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Unicamp, Campinas.

\_\_\_\_\_. **Futebol e violência.** Campinas: Autores Associados, 2006.

\_\_\_\_\_. **Relatório de cumprimento do objeto.** Brasília: Ministério do Esporte/Rede Cedes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório técnico “O torcedor organizado e as políticas públicas de prevenção da violência relacionada ao futebol”**, Unicamp/Fapesp, fev. 2012.

REIS, Heloisa Helena Baldy; ATHAYDE, Phidia. No anonimato da multidão. **Revista Carta Capital**, São Paulo, n. 29, p. 54-55, jul. 2009.

REIS, Heloisa Helena Baldy; LOPES, Felipe Tavares Paes. Políticas de segurança para os eventos de futebol: o processo de produção, transmissão e recepção das leis e documentos brasileiros. In: CAMARGOS, Wladimir Vynicius (Org.). **Direito Desportivo: debate e crítica.** Goiânia: UFG, 2015, p. 224-248.

REIS, Heloisa Helena Baldy; MARTINS, Mariana Zuanetti; LOPES, Felipe Tavares Paes. Futebol, poder e violência: a Copa do Mundo no Brasil acirra negócios do esporte. **Textual**, Porto Alegre, v. 2, p. 32-37, 2014.

SIMÃO, Maria Odete *et al.* Prevention of drinking among students at a brazilian university. **Alcohol and Alcoholism**, Oxford, v. 43, p. 470-476, 2008.

TEIXEIRA, Rosana da Câmara. **Os perigos da paixão:** visitando jovens torcidas cariocas. São Paulo: Annablume, 2003.



O perfil do torcedor organizado e a política brasileira para o futebol espetáculo

TOLEDO, Luiz Henrique de. **Torcidas organizadas de futebol**: lazer e estilo de vida na metrópole. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1994.

THOMPSON. John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Artigo recebido em fevereiro de 2016  
E aprovado em maio de 2016